

**ESTUDO SOBRE AS ORGANIZAÇÕES
SOCIAIS REPRESENTADAS NO
CONSELHO MUNICIPAL DE ATENÇÃO À
PESSOA COM DEFICIÊNCIA E COM
NECESSIDADES ESPECIAIS DE
CAMPINAS, SP**

*STUDY OF SOCIAL ORGANIZATIONS
REPRESENTED IN THE "CONSELHO
MUNICIPAL DE ATENÇÃO A PESSOA COM
DEFICIÊNCIA E COM NECESSIDADES
ESPECIAIS DE CAMPINAS, SP"*

Daniela Cristina VIANI¹

**Relatos de
Pesquisa**

RESUMO

O Conselho Municipal de atenção à pessoa com deficiência e com necessidades especiais de Campinas tem oito representantes da população com deficiência e com necessidades especiais, escolhidos em assembléia geral, convocada pelo poder público municipal; conforme Lei nº10.316, de 09 de novembro de 1999. Na atual gestão do Conselho, identificamos que há, dentre esses conselheiros, representantes que participam de quatro grupos organizados na defesa dos direitos da pessoa deficiente: o núcleo Campinas da Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes, o Centro de Vida Independente de Campinas, o Grupo de Amigos dos Deficientes Visuais e a Associação dos Surdos de Campinas. O objetivo desta pesquisa foi conhecer o trabalho de cada uma dessas organizações e acompanhar a participação de cada uma delas no Conselho.

⁽¹⁾ Graduanda da Faculdade de Educação da PUC-Campinas. Bolsista PIBIC/CNPq sob orientação da Profa. Dra. Katia Regina Moreno Caiado, do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Inclusiva. E-mail: danielaviani@hotmail.com

A metodologia do trabalho foi participante com presença nas reuniões mensais do Conselho, elaboração de diário de campo, análise documental e entrevistas. Os dados foram organizados e analisados à luz das leituras relativas aos temas: movimento social, conselhos gestores, história da educação especial e metodologia da pesquisa. Os eixos temáticos de análise foram: a sistematização da história de cada organização, seus objetivos, principais lutas e propostas de trabalho, assim como, a relação das organizações com o Conselho. Os resultados revelam que: 1. os Conselheiros que representam as organizações revelam uma participação mais qualificada e uma atuação mais comprometida; 2. há uma grande dificuldade de participação da pessoa com surdez em grupos organizados que agregam pessoas ouvintes, dada a necessidade de um intérprete ouvinte para traduzir suas reivindicações e desejos; 3. o segmento composto por pessoas deficientes amplia sua voz na reivindicação e luta por seus direitos.

Palavras-chave: Deficiência; Movimento Social; Conselho Gestor.

ABSTRACT

The "Conselho Municipal de atenção à pessoa com deficiência e com necessidades especiais de Campinas/SP" (Municipal Council attending to people with disabilities and special needs in Campinas/SP) has eight citizen representatives with disabilities and special needs, elected in general assembly, summoned through city council, in accordance to Law nº10.316 (November 9th, 1999). Among council members who are part of the present Council, we identified representatives that participate in four organized advocacy groups for the rights of the disabled: 1) the Campinas Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes nucleus, 2) the Centro de Vida Independente of Campinas, 3) the Amigos dos Deficientes Visuais group and 4) the Associação dos Surdos de Campinas. The aim of this study was to get to know the work each organization does and follow their participation in the Council. The procedure involved going to monthly meetings, keeping a field diary, analyzing document sources and interviewing members. We organized the data according to readings in the following subject areas: social movements, council managers, history of special education, and research methodology. The thematic points we used for analysis were: writing up the history of each group, its aims, main issues and proposals, as well as listing the organizations with the Council. The results show that: 1) the Counselors representing organizations reveal higher quality participation and greater commitment; 2) it is quite difficult for the deaf to participate in mixed groups (deaf and hearing), because of the need for hearing interpreters to translate their claims and wishes; 3) the section where people with disabilities take part enables the voicing of their claims and defense of their rights.

Key words: Disability; Social Movements; Advocacy Councils.

Introdução

Como bolsista de Iniciação Científica, participei regularmente das reuniões e demais atividades promovidas pelo Conselho Municipal de Atenção à Pessoa com Deficiência e com Necessidades Especiais de Campinas/SP (CMADENE), durante o período de março de 2003 a junho de 2004 construindo os dados e as

reflexões de pesquisa, cujos resultados apresento aqui.

O objetivo do estudo foi conhecer as quatro organizações de pessoas deficientes de Campinas que participam do CMADENE – Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes de Campinas (FCD); Centro de Vida Independente (CVI); Grupo de Amigos dos Deficientes Visuais de Campinas (GRAMDEVI); Associação dos Surdos de

Campinas (ASSUCAMP) – e acompanhar a participação de seus respectivos representantes nesse Conselho.

A pesquisa teve uma abordagem qualitativa segundo Bogdan e Biklen (1994, p.47), “na investigação qualitativa a fonte directa de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador instrumento principal”, ou seja, o pesquisador está em contato direto com o ambiente explorado e os materiais coletados são ricos em informações obtidas em entrevistas, depoimentos, citações, etc., enfatizando mais o processo do que o produto.

Os procedimentos para a construção dos dados foram realizados em três fases. A primeira foi marcada pelos contatos iniciais com os textos, documentos, organizações e seus representantes. Na segunda fase, após ter levantado os elementos chaves para o desenvolvimento da pesquisa, realizei diferentes atividades, tais como observação participante, entrevistas com transcrição e organização de relatos, leitura e análise de documentos e organização de diário de campo para, então, analisar e compor um relatório parcial dos resultados obtidos. Por fim, a terceira fase compõe-se por este relatório final, contendo um histórico de cada organização e sua relação com o CMADENE. Na tentativa de alcançar o que afirmam Lüdke e André (1986, p.1) “para se realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele”.

Abaixo, descrevo as atividades realizadas na segunda fase:

- 1) Observação participante: “... a observação ocupa um lugar privilegiado nas novas abordagens de pesquisa educacional. Usada como principal método de investigação ou associada a outras técnicas de coleta, a observação possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado, o que apresenta uma série

de vantagens”(LÜDKE E ANDRÉ, p.26). Nessa direção, estive presente em todas as reuniões mensais do CMADENE, como convidada sem direito a voto. Com essa participação constante, conheci de perto os Conselheiros e demais convidados, acompanhei as discussões do grupo e participei de atividades promovidas pelo Conselho, tais como Semana Municipal de Luta pela Cidadania das Pessoas com Deficiência, palestras e apresentação e discussão de vídeos.

- 2) Lüdke e André (p.33) afirmam ainda que: “ao lado da observação, a entrevista representa um dos instrumentos básicos para a coleta de dados”. Num total de quatro entrevistas, entrevistei um representante de cada organização. Três entrevistados são pessoas com deficiência; apenas a representante da ASSUCAMP não tem deficiência, é ouvinte, mas participa da organização desde 1999². Antes de realizar cada entrevista, organizei um roteiro que norteou cada encontro. Após cada uma delas, transcrevi e organizei os relatos para análise e discussão.
- 3) Leitura e análise de documentos: além das leituras propostas pela orientadora, trabalhei com vários documentos sobre as organizações estudadas – estatutos, livros, folhetos, reportagens do *Jornal Gente Ciente*, pautas e atas de reuniões.
- 4) Organização de diário de campo: em meu diário de campo, anotei, durante todo o tempo de estudo e pesquisa, as tarefas a serem realizadas, as leituras propostas, as entrevistas elaboradas, as notas importantes das reuniões de que participei e também as reflexões que foram surgindo, o que, posteriormente, foram discutidas com a orientadora e os componentes do grupo de pesquisa³.

⁽²⁾ Em 2002, foi diretora de Educação e Cultura da ASSUCAMP. Atualmente é intérprete de Língua de Sinais da Associação.

⁽³⁾ Grupo de Pesquisa: LEPEI – Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Inclusiva.

1 – A Organização das Pessoas Deficientes no Brasil

O conceito de cidadania é, atualmente, um conceito amplo e de várias dimensões. *“Uma das mais importantes diz respeito àquela que regula os direitos e os deveres dos indivíduos (cidadania individual) e de grupos (cidadania coletiva) na sociedade”* (Gohn, 2003, p.195).

A cidadania individual corresponde aos direitos civis e políticos, pressupondo a liberdade e a autonomia dos indivíduos em uma sociedade capitalista, e que todos sejam respeitados. A cidadania coletiva privilegia a dimensão sociocultural, reivindica direitos e espaços sóciopolíticos às pessoas excluídas da sociedade.

Segundo Gohn (2001, p.210) *“A cidadania brasileira foi sendo construída ao longo da história e não é um produto recente”*. A autora afirma que o processo de construção da cidadania no Brasil surge no período colonial, quando se lutava contra a exploração de Portugal, e lutava-se pela independência política do país. Ao lutar por essa libertação, construíram uma identidade nacional (língua, religião...). No período imperial, o conceito de cidadania ampliou-se. Além da luta pela independência, lutas pelo trabalho livre, pelo igualitarismo começaram a se expandir. No século XX, as lutas e movimentos pela cidadania se ampliaram. Lutas por eleições diretas, pelo voto feminino, direitos sociais dos trabalhadores, deficientes, etc., originadas de inúmeras organizações, idéias, marchas, compuseram o cenário da luta pela nova cidadania. Atualmente, os conflitos e os movimentos sociais têm novas formas de se expressar, baseando-se em reuniões, assembléias, conferências, etc. Hoje, há o Conselho, um órgão de mediação povo-poder. Os tipos de Conselhos surgidos na cidade de São Paulo, entre os anos de 1970-93, são: Conselhos Populares, Comunitários e Temáticos Institucionalizados. Os Conselhos Populares foram propostos pelos movimentos populares dos anos 70 e 80. Os Conselhos Comunitários, criados durante o regime militar, são espaços de negociação entre povo-poder, sendo de caráter consultivo. Já os Conselhos Institucionalizados,

criados por exigências constitucionais, são compostos por categorias sociais como idosos, crianças, mulheres, deficientes... e atuam em parceria com o poder público.

A partir do princípio de que toda e qualquer pessoa tem o direito de viver em uma sociedade com oportunidades iguais para todos, onde seu direito de cidadão seja respeitado; as pessoas com deficiência se mobilizam nessa luta também no Brasil.

Até a década de 70, a questão da deficiência no Brasil ficava sob a responsabilidade das instituições especializadas. No ano de 79, junto com um movimento organizado pela ONU, ao instituir o **Ano Internacional da Pessoa Deficiente (AIPD)**, portadores de deficiência começaram a organizar e dirigir grupos com o objetivo de participação plena e igualdade. Em consequência, no ano de 1980 foi realizado o I Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, o qual criou a primeira entidade representativa, a Colisão Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, definindo a política a ser adotada durante o AIPD. A principal característica era do movimento ser representado pelos próprios deficientes.

No ano de 1999, foi instituído o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE -, competindo a ele zelar pela implantação e implementação da Política Nacional para Integração da Pessoa Deficiente, acompanhar o planejamento e execução de políticas setoriais (saúde, educação, etc.), acompanhar e apoiar ações dos Conselhos dos Direitos da Pessoa Deficiente no âmbito dos Estados e Municípios, etc.

Segundo diretrizes publicadas pelo CONADE (2002, p.16)

Um Conselho Estadual e/ou Municipal dos Direitos das Pessoas Deficientes, que será criado a partir de suas Leis Orgânicas, deverá surgir a partir das discussões de movimentos organizados de “portadores” de deficiência. As pessoas interessadas devem identificar no Estado e/ou Município movimentos e segmentos interessados na

formação de uma Comissão para a criação do conselho.

Assim, todos os conselhos, nas esferas: federal, estadual e municipal devem ser constituídos por representantes governamentais indicados pelo governadores/ prefeitos pertencentes a diferentes secretarias (educação, justiça do trabalho, etc.), além dos representantes da sociedade civil (sindicatos, organizações, entidades, etc.). Os conselheiros participam e votam nas reuniões do Conselho, promovem apoios com demais instituições governamentais, além de participarem da implantação e implementação dos direitos da pessoa deficiente.

No mesmo ano, de 1999, em que foi instituído o Conselho Nacional, foi criado no município de Campinas, por organizações de pessoas deficientes, pela Lei nº 10.316 de 09 de Novembro de 1999, o Conselho Municipal de Atenção à Pessoa com Deficiência e com Necessidades Especiais de Campinas, SP. Trata-se de uma instância permanente e consultiva, e compete a ela a formulação, coordenação, supervisão e avaliação da política municipal relativa às pessoas com deficiência. O órgão é composto por oito representantes da população com deficiência e com necessidades especiais e por representantes de órgãos públicos escolhidos em assembléia geral. Dentre esses conselheiros, no período deste estudo, encontramos representantes de quatro grupos organizados na defesa dos direitos da pessoa deficiente. São eles: *Grupo de Amigos dos Deficientes Visuais de Campinas-GRAMDEVI*; *Fraternidade Cristã de Doentes de Deficientes-FCD*; *Centro de Vida Independente-CVI*; *Associação dos Surdos de Campinas-ASSUCAMP*.

2 – As organizações atuantes no CMANDENE: GRAMDEVI, FCD, CVI e ASSUCAMP

2.1. Breve histórico

GRAMDEVI (Grupo de Amigos dos Deficientes Visuais) – Associação de caráter

civil, beneficente e sem fins lucrativos, teve início no dia 4 de junho de 2000. É uma associação dirigida por e para os deficientes visuais. Promove atividades culturais e de lazer além de parcerias com escolas e universidades para a qualificação profissional, tem como objetivo promover a união, a integração, o desenvolvimento social, cultural e profissional dos deficientes visuais, na busca de conquistar a plena participação na vida social, nas atividades produtivas e na construção da cidadania.

“O GRAMDEVI tem hoje uma parceria com a UNICAMP para a qualificação profissional, para que os deficientes visuais possam buscar a empregabilidade no mercado de trabalho, que foi e continua sendo uma das maiores dificuldades. Há algumas vagas de emprego exigindo-se qualificação profissional e o ensino médio completo. Mas a grande maioria dos deficientes não tem essa qualificação” (Oliveira Augusto)

FCD (Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes) – É um movimento mundial de cunho ecumênico, sem fins lucrativos, no qual os próprios doentes e deficientes participantes assumem sua direção, organização e difusão. Teve início no ano de 1945, na França, por iniciativa do Padre Henri François. O movimento chegou ao Brasil no ano de 1972, trazido pelo seminarista Vicente Masip, no Rio Grande do Sul. Está em Campinas desde 1979, e atualmente se faz presente em outros 16 estados. A FCD propõe a reunião dos doentes e deficientes, colocando-os em contato uns com os outros, proporcionando-lhes a auto confiança, levando-os à condição de participantes ativos. A organização realiza visitas para contatos pessoais e promove reuniões periódicas entre os participantes cujos objetivos são despertar na pessoa portadora de deficiência o valor da vida, fazê-la descobrir suas capacidades, contribuir para o desenvolvimento humano e espiritual, promover a inclusão do deficiente na sociedade e resgatar a dignidade da pessoa portadora de deficiência visando a beneficiá-las nas áreas de transporte público adaptado, saúde, trabalho, lazer e educação.

CVI (Centro de Vida Independente) – É uma organização não-governamental criada na década de 70 nos EUA por portadores de deficiência e mutilados da Guerra do Vietnã, que se rebelaram contra a tutela que lhes era imposta pelas instituições que freqüentavam. Baseados na Filosofia do Movimento de Vida Independente – que luta por uma autonomia intelectual, espiritual e física, possibilitando à pessoa com deficiência o exercício do direito de fazer escolhas, tomar decisões, ter respeito próprio – os CVI's cresceram e multiplicaram-se pelo mundo, e atualmente encontram-se na Europa e na América Latina, além dos EUA. No Brasil, existem cerca de 20 CVI's espalhados em várias cidades do país como: Curitiba, Vitória, Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, que foi a cidade sede do primeiro CVI brasileiro. O CVI de Campinas é uma ONG de e para pessoas com deficiência, criada no final de 1997. Através de serviços oferecidos, tais como aconselhamento de pares, assessoria jurídica, grupos de apoio, parcerias, eventos de recreação, etc., tem como seu principal objetivo melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência e a promoção de uma vida independente.

os CVIs preferencialmente são organizados e dirigidos pelas próprias pessoas com deficiência, que se reúnem e discutem assuntos relacionados as suas vidas; e isso não é uma questão de preconceito contra os não deficientes, mas é uma maneira de mostrar que tem condições de, junto conversar, e pensar aquilo que falta, que é problemático, aquilo que tem dificuldade de enfrentar” (Vinícius Garcia).

ASSUCAMP (Associação dos Surdos de Campinas) – É uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, fundada por surdos, em 23 de Janeiro de 1962, com um caráter desportivo, tendo o nome de “Associação Desportiva dos Surdos”. O esporte era o principal objetivo, pois entendiam que era nos momentos de jogos e de futebol que se reuniam e assim constituíam sua identidade. No ano de 1999, quando muda a presidência, a Associação passou a ser dirigida por uma mulher surda, com o objetivo mais

direcionado para a educação do surdo. Assim, várias campanhas foram realizadas visando uma maior participação dos surdos de Campinas nas reuniões da Associação. Mudou-se o nome da Associação para ASSUCAMP (Associação dos Surdos de Campinas). Hoje, seu objetivo principal, é possibilitar a integração dos surdos num contexto social maior, desmistificando a idéia de serem incapazes de se incluir na sociedade e de aprender. Com atividades diversas, tais como festas, reuniões, parcerias com órgãos públicos, etc., a ASSUCAMP deseja que a sociedade reconheça no surdo uma pessoa capaz de se desenvolver integralmente, e busca refletir sobre o exercício da cidadania que, muitas vezes, é negado a esta comunidade, bem como sobre todos os direitos e deveres que isso implica.

“Quando tomou posse a diretora Patrícia, que é surda, a Associação começou a se movimentar um pouco mais; mas isso só surgiu a partir de uma liderança e de um movimento deles. No decorrer disso, eles começaram a perceber a Associação como um espaço que eles poderiam fazer reivindicações; e até fizeram um manifesto frente à Prefeitura em busca de vagas de trabalho. Também fizeram algumas reuniões com o Deputado Renato Simões para discussão da questão do trabalho. Eles começaram a se unir mais por outras questões. Aquela união que eles já tinham com o esporte, começou a se movimentar para outras questões em comum; que era a falta de escolaridade, trabalho, do intérprete da língua de sinais, etc.” (Andréa Rosa).

2.2. Objetivos, principais lutas e propostas de trabalho:

Objetivo das organizações: As quatro organizações têm como objetivo, promover o desenvolvimento social, cultural, profissional e humano; promover a integração dos deficientes (visuais, físicos, surdos...) na sociedade, resgatando a sua dignidade, assegurando-lhes a plena participação na vida social, nas atividades

produtivas, e o lugar de cada deficiente na sociedade, como um cidadão com todos os seus direitos.

“A pessoa com deficiência deve ser o sujeito ativo no seu processo de reabilitação e de vida, não estando subordinada à tutela institucional e familiar; só que, para isso, ela deve fortalecer internamente. A partir disso é que se desenvolvem os trabalhos e serviços oferecidos por um CVI” (Guia da PNDE- Orientações e informações úteis às Pessoas com Deficiência e Necessidades Especiais, p. 8).

Principais lutas:

GRAMDEVI – sua principal luta é pela empregabilidade, pois devido ao pouco acesso dos deficientes às instituições educacionais e de reabilitação, muitos não estão preparados para o mundo de trabalho. Uma das principais lutas da Associação é realizar parcerias com escolas técnicas para qualificação profissional. O ideal é criar uma cooperativa dirigida, administrada e executada pelos próprios deficientes, dando emprego, gerando trabalho e renda.

“... a empregabilidade do deficiente é complicada, é o que temos observado com nossos trabalhos aqui no GRAMDEVI. Nós deficientes estamos servindo para a empregabilidade de outros e nós mesmos estamos desempregados. Por exemplo, a Prefeitura abre concurso público e contrata psicólogo, assistente social, ou seja, pessoas “normais” para cuidar dos “deficientes”, e os deficientes continuam desempregados” (Oliveira Augusto).

FCD - sua principal luta foi e continua sendo a estruturação de um sistema de transporte acessível, coletivo e público. A participação do deficiente nas atividades que fazem parte do cotidiano depende também das condições adequadas de acesso em vias públicas, o que envolve a adaptação arquitetônica (rampas, rebaixamento...).

“Eu não conhecia nada. Era como eu estar aqui e não saber o que tinha ali do lado. Porque a FCD estava tão perto... e eu não sabia. A diretora da Associação me explicou como funcionava, quem era, o que faziam, e eu pensei: “não era só eu que tive vontade de fazer, de correr atrás... existe um grupo realmente empenhado para isso”, e eu queria saber quem era, como era, e ela me explicou o máximo, mas para mim não tava bom. Eu queria mais. Então eu dei um jeito de saber quando era a próxima reunião da FCD, e já tava lá. Corri atrás da EMDEC, consegui transporte, conversei com a Maria, e ela falou que eu poderia aparecer lá a hora que eu quisesse. Fui lá no mês seguinte, e conheci todo mundo. E o pessoal adorou e eu pensei: “como que pode uma diferença tão grande de uma rua de um lugar onde as pessoas se reúnem com os mesmos problemas, digamos assim”, e aquilo me interessou muito. Me tratavam realmente como eu era, e logo no outro mês eu já estava integrado.” (Alessandro S. Bianco).

“... é preciso assumirmos o que realmente somos para que possamos realizar nossas missões... Muitas pessoas acabam tendo vergonha de seu problema e muitas nem saem de casa. É preciso que haja uma total reintegração moral e social destas pessoas portadoras de alguma deficiência e também da sociedade em geral e das famílias...” (Maria Trevisoli – Coordenadora do Movimento em Campinas).

CVI – uma de suas principais lutas continua sendo o Projeto “Eleições sem Barreiras”, que garante às pessoas com deficiência física o exercício à cidadania. A partir do ano de 2001, em parceria com o Cartório Eleitoral de Campinas, o projeto desenvolveu-se no sentido de tornar acessível TODOS os locais de votação às pessoas usuárias de cadeira de rodas ou qualquer tipo de limite em sua locomoção.

“... Posto que o ato de votar é um dos direitos fundamentais do cidadão, o Centro de Vida Independente de Campinas

*(CVI-Campinas) criou o projeto **Eleições sem Barreiras** para garantir às pessoas portadoras de deficiência física o livre e digno-exercício da cidadania. Em parceria com o Cartório Eleitoral de Campinas, o projeto desenvolveu-se no sentido de tornar acessível TODOS os locais de votação às pessoas usuárias de cadeiras de rodas ou com qualquer outro tipo de limite em sua locomoção” (Jornal Gente Ciente, 2001, p.03).*

ASSUCAMP – sua principal luta é pelo intérprete da Língua de Sinais. Durante as reuniões e atividades realizadas pela associação, os surdos participantes perceberam que o problema era a questão da comunicação, pois não compreendem e não são compreendidos pela sociedade pois sua linguagem é gestual e não oral. Com intérpretes, teriam um maior acesso à sua cidadania.

“... a sociedade precisa entender que a presença do intérprete de Língua de Sinais é importante porque assim a comunidade surda vai “ouvir” o ouvinte e vice versa” (Andréa Rosa).

Propostas de Trabalho: Todas as organizações estudadas têm em suas atividades a ludicidade, o lazer, a formação e a busca de parcerias.

OGRAMDEVI foi criado durante um torneio de dominó de deficientes visuais e, ainda hoje, a principal proposta das atividades culturais, de lazer e dos passeios é a integração dos deficientes na sociedade, o relacionamento entre eles e o relacionamento dos deficientes com as pessoas ditas “normais”.

A FCD tem como proposta básica em suas atividades de lazer (grupo de dança, confraternizações, parcerias com palestrantes, escolas, na divulgação de informes no Jornal Gente Ciente, e na integração dos participantes na família, escola e trabalho) oferecer condições a cada fraternista participante de superar seus conflitos pessoais, na descoberta de seus valores para assumir de

forma participativa o processo de sua história como cidadãos.

As atividades propostas pelo CVI são reuniões gerais, confraternizações, promoção de cursos de informática, palestras e atividades culturais, educacionais e recreativas que levem à vida independente.

A ASSUCAMP tem em suas atividades de campeonato de futebol, acampamentos, festas e confraternizações, reuniões, cursos de Língua de Sinais, palestras, congressos, entre outros, promover a integração da pessoa surda na sociedade.

Juntas, as organizações participam da “Semana Municipal de Luta pela Cidadania das Pessoas com Deficiência”, realizada no mês de dezembro, onde são promovidas palestras, seminários, debates, atos públicos e distribuição de material informativo à população. Participam, também, da “Conferência Municipal de Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência”, realizada a cada dois anos e onde são oferecidas palestras, debates e apresentações de propostas de políticas públicas e de implantação e implementação da inclusão da pessoa com deficiência.

2.3. Relação das Organizações com o CMADENE:

“... o Conselho será composto pôr 28 membros, sendo que é a metade formada por membros do poder público e o restante por membros da sociedade civil. ... Entre os representantes da sociedade civil estarão os membros da FCD (Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes), do CVI (Centro de Vida Independente) de Campinas entre outros...” (Jornal Gente Ciente, 1999, p. 8)

O GRAMDEVI começou sua participação no CMADENE logo que iniciaram suas atividades, na III Conferência Municipal, em 2002, e ainda hoje há a participação da organização, sendo que esta tem um representante dentre aos conselheiros. É importante destacar que o representante do GRAMDEVI no Conselho, Sr.

Oliveira, participou ativamente do Orçamento Participativo no período de 2002 a 2004 representando o segmento pelo Conselho.

A FCD e o CVI participaram desde o movimento pela criação do Conselho. Desde então os conselheiros eleitos representantes da FCD e CVI atuam intensamente em todas as frentes de luta do CMADENE.

A ASSUCAMP participou durante o ano de 2002 do CMADENE, mas seus representantes não continuaram no Conselho alegando falta de intérpretes de Língua de Sinais. O Conselho, diante da situação, promoveu para seus conselheiros e participantes um curso de Língua de Sinais para que os conselheiros surdos voltassem a participar e houvesse uma efetiva e direta comunicação entre todos. Hoje, o Conselho está sem representante dessa organização, mas há um movimento para o retorno da comunidade surda ao CMADENE.

Considerações Finais

Durante estes meses de estudos, com as leituras, participações em reuniões com o Grupo de Pesquisa, no CMADENE, com minha orientadora e com minha interação com os representantes das organizações, percebi o quanto é importante ter, em uma sociedade excludente, grupos de pessoas, sejam elas deficientes ou não, lutando pela cidadania da pessoa portadora de deficiência e necessidades especiais.

A sociedade desenvolveu sobre as pessoas deficientes e/ou com necessidades especiais vários sentimentos que os marginalizam ainda mais por serem vistos como pessoas diferentes, sem condições de participação.

Até meados da década de 70, a deficiência no Brasil era uma questão de assistência social cuja meta principal era o atendimento especializado. Em 1979, instituído pela ONU o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), grupos organizados e dirigidos por deficientes começaram a aparecer no cenário mundial e também no cenário brasileiro, o que favoreceu a criação de políticas públicas em favor das pessoas deficientes.

Leis e normas passaram a assegurar o pleno exercício da cidadania e a integração social das pessoas com deficiência. Surgiram, em nível Federal, Estadual e Municipal, órgãos (Conselhos) de apoio às pessoas com deficiência, com a participação ativa dos representantes dos movimentos e organizações.

É recente o fato de as pessoas com deficiência terem conquistado o direito básico de “falar por elas mesmas”, pois foi através da luta de organizações como as estudadas até então, que pessoas ditas “normais” deixaram de opinar e decidir pelos deficientes. Em nosso município são em espaços como estes (FCD, CVI, GRAMDEVI e ASSUCAMP), além do CMADENE, que os portadores de deficiência e necessidades especiais encontram-se para lutar por seus direitos de cidadania e, acima de tudo, possuem voz ativa.

Atualmente, existem leis que garantem os direitos dos portadores de deficiência e necessidades especiais, assegurando-lhes o respeito, a reivindicação da inclusão social e o exercício da cidadania. É preciso que esses direitos sejam vivenciados no cotidiano. Uma sociedade justa deve assegurar o exercício da cidadania para todos.

As pessoas com deficiência têm direitos, potencialidades e necessidades como qualquer outra. Atualmente, as barreiras culturais, sociais e econômicas são impeditivas para essa participação na sociedade. Barreiras, como falta de acessibilidade, transporte, empregos e escolas inclusivas impedem a boa qualidade de vida do deficiente. Para mudar este quadro, é preciso uma participação e organização ativa das pessoas com deficiência, além do empenho da sociedade para a construção de uma sociedade para todos.

Assim, os resultados apontam que: 1. os Conselheiros que representam as organizações revelam uma participação mais qualificada e uma atuação mais comprometida; 2. há uma grande dificuldade de participação da pessoa com surdez em grupos organizados que agregam pessoas ouvintes, dada a necessidade de um intérprete

ouvinte para traduzir suas reivindicações e desejos; 3. o segmento composto por pessoas deficientes amplia sua voz na reivindicação e luta por seus direitos.

Com este estudo aprendemos o quanto o segmento das pessoas deficientes se organizam e lutam por seus direitos ao mesmo tempo que conhecemos o quanto esse segmento é, historicamente negligenciado na definição e implementação de políticas públicas.

Referências Bibliográficas

- BOGDAN, Roberto e BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação**. Portugal: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência. **Diretrizes para criação de Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência**. Brasília: CORDE, 2002.
- COORDENADORIA NACIONAL PARA INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA/ CENTRO DE VIDA INDEPEN-
- DENTE DO RIO DE JANEIRO. **Mídia e deficiência: manual de estilo**. 2. ed. Rio de Janeiro: CORDE, 1996.
- CRIADO Conselho Municipal. In: **Gente Ciente**, Campinas, Dezembro 1999. p. 8.
- CVI- CAMPINAS. **Guia da PNDE- Informações e orientações úteis às Pessoas com Deficiência e Necessidades Especiais**. Campinas: MPC Artes Gráficas, 2001.
- CVI- CAMPINAS lança o projeto “Eleições sem Barreiras”. In: **Gente Ciente**, Campinas, Nov./Dez. 2001. p.3.
- FCD comemora 20 anos em Campinas. In: **Gente Ciente**, Campinas, Fevereiro 1999. p.8.
- GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e a participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2003.
- GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2001.
- LÜDKE, Menga. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.